

LUSIADA

REVISTA TRIMESTRAL DE CIÊNCIA E CULTURA

Nº 2

OUT. / DEZEMB. / 1989

HISTÓRIA



A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO EM PORTUGAL*

— Suas origens e acção desenvolvida em 1919 —

1. O SINDICALISMO INTERNACIONAL

A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO EM PORTUGAL

— Suas origens e acção desenvolvida em 1919 —

aqueles a quem são dirigidos, os burgueses possuidores das unidades industriais.

Para os fins do séc. XIX, com o progresso da grande indústria, o sindicalismo muda de conteúdo, especialmente depois de 1870. Lutando pela liberdade de associação e reunindo operários qualificados, congrega também trabalhadores não qualificados e passa à defesa da condição operária, utilizando a greve como meio de pressão.

O sindicalismo tornou-se uma força poderosa. O seu carácter, porém, difere de país para país. Na Europa do Norte é sobretudo reformista, influenciado pela social-democracia alemã. Na Europa do Sul coexistem o anarquismo e o marxismo, este último ultrapassando o primeiro na penetração ideológica nos sindicatos.

Sob a influência anarquista, o sindicato tornou-se um instrumento de luta revolucionária que deve preparar o operariado para a revolução. Surge assim o sector-sindicalismo, também defensor da tecnologia e da produtividade.

No Congresso de 1906, a Confederação Geral de Trabalho baseou-se na Carta de Amiens. O movimento sindical afirmou-se independente dos partidos políticos e pedia a destruição do capitalismo e da sociedade

Maria José de La Fuente

Assistente estagiária do Departamento
de História da Universidade Lusíada

* Original baseado na investigação
na Caxil do Trabalho em Portugal.

A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO EM PORTUGAL *

— Suas origens e acção desenvolvida em 1919 —

1. O SINDICALISMO INTERNACIONAL

O sindicalismo, em termos modernos, tem o seu início em meados do séc. XIX, sobretudo na Grã-Bretanha com as **trade unions**, com o desenvolvimento da Revolução Industrial.

Os primeiros sindicatos, sem grande poder reivindicativo, são organizações incipientes; e os seus tímidos protestos merecem pouca atenção daqueles a quem são dirigidos, os burgueses possuidores das unidades industriais.

Para os fins do séc. XIX, com o progresso da grande indústria, o sindicalismo muda de dimensão, especialmente depois de 1870. Lutando pela liberdade de associação e reunindo operários qualificados, congrega também trabalhadores não qualificados e passa à defesa da condição operária, utilizando a greve como meio de pressão.¹

O sindicalismo torna-se uma força poderosa. O seu ideário, porém, difere de país para país. Na Europa do Norte é sobretudo reformista, influenciado pela social-democracia alemã. Na Europa do Sul coexistem marxismo e anarquismo, este último ultrapassando o primeiro na penetração ideológica nos sindicatos.

Sob a influência anarquista, o sindicato torna-se um instrumento da luta revolucionária que deve preparar o operariado para a revolução. Surge assim o anarco-sindicalismo, também defensor da boicotagem e da sabotagem.²

No Congresso de 1906, a Confederação Geral do Trabalho francesa vota a Carta de Amiens. O movimento sindical afirma-se independente dos partidos políticos e procura a destruição do capitalismo e da socie-

* (Trabalho baseado na investigação feita para um estudo sobre a Confederação Geral do Trabalho em Portugal).

dade burguesa. O sindicalismo tem vocação revolucionária e o sindicato «deve passar de associação de resistência a associação de produção e de repartição, tornando-se, assim, a base da organização social.»³

Georges Sorel, em *Reflexões sobre a violência*, defende o papel das minorias actuanes e da violência proletária, única capaz de assegurar a revolução. Exalta a acção directa, «única criadora», e a guerra social. Recusa a existência de qualquer hierarquia e manifesta profunda desconfiança em relação aos políticos.⁴

Na I Internacional tinham surgido os primeiros conflitos entre Marx e Bakunine. Este teórico anarquista defende mais os camponeses pobres e os intelectuais do que os operários e condena o eleitoralismo e a luta por reformas sociais, vindo a ser excluído no Congresso de Haia.

Na II Internacional dá-se a cisão entre anarquistas e marxistas, com a exclusão definitiva dos primeiros, obtida pelos social-democratas alemães. Surgem assim conflitos dentro dos sindicalismos francês, espanhol e português, de orientação anarco-sindicalista, quando da Revolução Russa de 1917 e da criação, após a I Guerra Mundial, da Internacional Comunista e do seu braço sindical — a Internacional Sindicalista Vermelha.

2. O ANARCO-SINDICALISMO EM PORTUGAL ATÉ 1919

Em Portugal, é fundado em 1875 o Partido Socialista, que inclui anarquistas influenciados por Proudhon e Bakunine. Rapidamente, no entanto, os anarquistas se distanciam dos socialistas. Estes recorrem à luta eleitoral; e os anarquistas defendem «a abstenção à urna, a deserção da caserna, a greve violenta e a propaganda ilegal».⁵ A propaganda anarquista é extraordinariamente activa; e está talvez mais ciente dos anseios prementes dos trabalhadores portugueses do que os ideais socialistas. Surgem jornais, como *A Revolução Social* e *A Revolta*, que combatem os socialistas e se juntam aos republicanos na luta contra o regime monárquico.

Depois da época de doutrinação, surge o período de penetração nos sindicatos, principalmente depois da proclamação da República. Em 1900, aparece, pela primeira vez, um jornal sindicalista, *A Greve*, influenciado pelo anarquismo⁶. Em Julho de 1909, reúne-se um Congresso Nacional Operário. São abordadas a revisão da legislação operária e sua extensão aos trabalhadores marítimos e agrícolas, a criação de um Instituto Nacional de Trabalho, a construção de casas económicas. Verifica-se uma cisão, reunindo-se separadamente as associações rebeldes à tutela socialista — em Lisboa, os corticeiros, os operários da constru-

ção civil e os arsenalistas do Exército. Nesta reunião, o Congresso Sindical e Cooperativista, que congrega associações de classe e cooperativas, na linha do sindicalismo revolucionário francês, defende-se a independência sindical em relação aos partidos políticos⁷. Uma tese intitulada «Organização Sindical» preconiza uma organização federativa como em França e Espanha, incluindo os seguintes graus: associações de classe ou sindicatos profissionais, federações de indústria e de ofícios, bolsas de trabalho ou uniões locais de sindicatos e Confederação Geral do Trabalho, «sendo desta organização tripartida que deve surgir a quarta e verdadeira etapa, que é a Internacional do Trabalho».⁸

Já se luta por uma Internacional dos Trabalhadores, que não se identifica com a II Internacional, movimento político dominado pelos marxistas. O anti-patriotismo ou o internacionalismo são características do anarco-sindicalismo — a acção comum deve ser realizada «não só com todos os profissionais do mesmo ofício, mas também com todos os operários de uma mesma região, país ou países». São também estabelecidos, naquele Congresso, os valores da luta de classes, da luta pela melhoria das condições de vida operária, incluindo a necessidade da educação e do direito de associação, da socialização da produção.⁹ As reivindicações são, geralmente, concretas, relacionadas com os problemas quotidianos do operariado, mas o ideal a atingir e os meios a utilizar para tal são já profundamente influenciados pelas ideias anarquistas.

Reconhece-se a necessidade de uma «propaganda activa, firme»¹⁰ e, na verdade, a propaganda anarquista nas fábricas e oficinas é intensa. Traduzem-se teóricos do anarquismo, como Jean Grave e Kropotkine, e formam-se militantes esclarecidos que actuam eficazmente junto dos trabalhadores. Junta-se àqueles a acção doutrinária de universitários como Campos Lima, Emílio Costa e Neno Vasco. Em 1910, Campos Lima publica *O movimento operário em Portugal*, onde aponta, como única solução de êxito para a orientação do movimento operário em Portugal, o anarquismo. Preconiza o afastamento dos socialistas, o que demonstra que a luta pelo controlo dos sindicatos ainda não estava ganha.

Em 1911, reúne-se o II Congresso Sindicalista e as preocupações continuam a ser a organização sindical e a luta pelo operariado, bem como as formas de utilização do grande meio de pressão que é a greve.¹¹

Ainda não é considerada propícia a criação da Confederação Geral, o que revela o carácter ainda simples da organização sindical em Portugal nesta época. Defende-se o recurso a greves de curta duração, sem aviso, para surpreender o patronato. É importante «activar a educação social, intensificar a propaganda e desenvolver a acção». A luta tem

por objectivo o Estado e o patronato, mas também partidos políticos, como o Partido Democrático. O recurso à greve é frequente, tal como a realização de comícios.

No ano de 1912, procura-se aumentar o número de associações de classe rurais e realiza-se o I Congresso dos Trabalhadores Rurais. Esta preocupação com os camponeses está na linha de pensamento de Bakunine.¹²

Apesar do sindicalismo revolucionário português já estar muito influenciado pelas ideias anarquistas, em 1913 trava-se uma polémica importante, sobre anarquismo e sindicalismo, entre Emílio Costa e Manuel Ribeiro. Esta polémica reforçará a projecção ideológica do anarquismo no sindicalismo português, acabando os dois intervenientes por se reunirem, mais tarde, sob a bandeira do anarco-sindicalismo.¹³

Revistas de orientação anarco-sindicalista — *Lúmen*, *Germinal* e *Sementeira* — difundem os grandes temas de evidente influência francesa.

Em 1914, é dado um importante passo em frente. No Congresso de Tomar surge um projecto de criação da União Operária Nacional. Segundo Alexandre Vieira, já estariam representados nesse Congresso 90 000 operários, através de 103 sindicatos, 3 federações corporativas e 4 de ofícios vários.¹⁴

Os objectivos da U. O. N. constituem todo um programa de acção, que vai desde a organização sindical às alianças internacionais, passando pelo estudo dos problemas concretos do operariado português e pela educação deste através da propaganda. Serão estes os grandes temas abordados, até 1926, pelo sindicalismo português de orientação anarquista. A U. O. N. afirma a sua total independência, «não podendo tomar parte colectivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas».¹⁵

Ao mesmo tempo, é criada a União das Juventudes Sindicalistas, com anarco-sindicalistas como Perfeito de Carvalho e Aurélio Quintanilha.¹⁶

Devido à I Guerra Mundial, a U. O. N. não pode pôr em prática o seu programa, tornando-se apenas uma organização intermediária e preparadora da criação da Confederação Geral do Trabalho.

Com a intervenção de Portugal na guerra, a luta da U. O. N. é cada vez mais uma acção permanente pela melhoria das condições de vida da classe operária, contra a carestia de vida e pelo aumento dos salários. Surgem greves, numa «luta incessante pelos salários mais altos».¹⁷ No entanto, verificam-se greves intempestivas que a U. O. N. procura combater, porque escapam ao seu controlo. «É necessário que antes de recorrerem ao movimento conflituoso, que é a greve, empreguem os

melhores esforços no intuito de, suasoriamente, levarem o industrialismo a atender as suas reclamações e só quando aquele, esgotados todos os meios persuasivos, se negue a fazê-lo, é que há lugar à declaração de greve. Mas para que esta possa trazer os desejados resultados é necessário que seja feita de acordo com o sindicato, sem o concurso do qual não é fácil vencer-se o movimento.»¹⁸

O combate da U. O. N. é, nesta época, caracterizado pelo anti-militarismo, verificando-se a participação portuguesa no Congresso Pró-Paz, no Ferrol, Espanha. Segue-se a linha de pensamento do *Manifesto de Zimmerwald*, em que os anarquistas se tinham afirmado contra a guerra capitalista.¹⁹

Sidónio Pais, com as suas promessas de não enviar mais tropas para a frente de batalha e de resolver a «questão das subsistências» através de uma «política equilibrada de preços e salários», é provisoriamente apoiado pela U. O. N.. Esta apresenta uma série de reclamações — libertação de presos por questões sociais, extinção dos monopólios, reforma do sistema pautal, exploração imediata dos terrenos incultos, estabelecimento do dia de 8 horas de trabalho. Estes pedidos não são atendidos e a resposta da U. O. N. é um comunicado: «A U. O. N. defende que nada podem nem devem esperar as classes trabalhadoras de mais esta nova (?) situação política, que o operariado acolheu com benévola expectativa».²⁰

A U. O. N. esperava uma revolução e luta contra a desilusão, através de greves e da preparação do último recurso dos trabalhadores — a greve geral.

A greve geral de 18 de Novembro de 1918 é, no entanto, um reconhecido fracasso. As razões invocadas pelos sindicalistas são a assinatura do armistício e a pneumónica, mas talvez sejam outras as razões do fracasso do movimento operário em Portugal — a preocupação com os problemas concretos da vida quotidiana, sem uma visão mais lata dos problemas nacionais e internacionais, e o recurso constante à greve, que se banaliza sem produzir os efeitos desejados, levando ao «indiferentismo» e ao «amorfismo» de que os anarquistas acusam a população trabalhadora portuguesa. A preocupação constante com a propaganda é também um sinal de que os trabalhadores não se sentiam muito motivados para a acção sindical, sendo necessário incentivá-los.²¹

Quando chega o ano de 1919, a influência anarquista no sindicalismo português é predominante e domina a Confederação Geral do Trabalho, cuja fundação se deveu ao reconhecimento de que a U. O. N. já não tinha qualquer utilidade prática na luta pelos direitos dos trabalhadores. Uma nova orientação é desejada e será aplicada, procurando organizar-se o sindicalismo português de forma a torná-lo num movimento forte e independente.

3. A CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO EM 1919

O ano de 1919 constitui uma data fulcral no desenvolvimento do movimento operário português.

Segundo Alexandre Vieira, 119 sindicatos aderiram à U. O. N. em fase de se transformar na C. G. T..

Em Fevereiro é lançado o diário *A Batalha*, órgão da U. O. N. e, posteriormente, da C. G. T.. A sua orientação é claramente anarco-sindicalista como a da Confederação Geral do Trabalho, que é fundada em Setembro do mesmo ano.²²

No II Congresso Operário Nacional, em Coimbra, a 13 de Setembro de 1919, consagra-se a influência do anarquismo no sindicalismo português e o repúdio do socialismo reformista. São apresentadas 4 teses: «Confederação» e «Relações internacionais», de Manuel Joaquim de Sousa; «Sindicatos únicos e sindicatos mistos», de Miguel Correia; e «Reformas imediatas», de Carlos Rates. A última foi rejeitada, por haver sido aprovada a orientação revolucionária do sindicalismo. A terceira levou à decisão de «estimular a organização dos sindicatos únicos de indústria». As duas primeiras foram aprovadas e formaram a base da organização e do ideário da C. G. T. no seu início.²³

3.1. Estatutos

Os estatutos da C. G. T. estabelecem:

- «1.º — O agrupamento, sob a base federativa autónoma, de todos os trabalhadores assalariados do país, para a defesa dos seus interesses económicos, sociais e profissionais, pela elevação constante da sua condição moral, material e física.
- «2.º — Desenvolver, fora de toda a escola política ou doutrina religiosa, a capacidade do operariado organizado para a luta pelo desaparecimento do salariedade e do patronato, e posse de todos os meios de produção.
- «3.º — Manter as mais estreitas relações de solidariedade com as Centrais de outros países, para ajuda mútua, numa comum inteligência, que conduza os trabalhadores de todo o mundo à sua emancipação integral da tutela opressiva e exploradora do capitalismo».²⁴

Defende-se, assim, a estrutura federativa, a luta de classes, a supressão do capitalismo e a socialização dos meios de produção, ideias anarco-

-sindicalistas. Quanto às relações internacionais, propõe-se o estabelecimento de contactos com centrais sindicais de outros países, mantendo no entanto a autonomia, para que se constitua a «Confederação Internacional do Trabalho», coordenadora da acção dos trabalhadores de todo o mundo: «O Congresso do Operariado Português declara contribuir, na medida das suas possibilidades, para a execução de qualquer resolução votada pelo operariado organizado dos outros países, no sentido de apressar a queda do regime económico actual da produção e sua substituição pela gestão do trabalho emancipado por meio dos seus organismos de classe». ²⁵

Os estatutos da C. G. T. reflectem uma ideologia revolucionária, associativa, internacionalista e activista. A C. G. T. deve caracterizar-se pela acção e o pensamento canalizar-se para a estimular. O intervencionismo é a declarada forma de existência da C. G. T..

3.2. Organização

No que respeita à organização, a C. G. T. tem por órgãos um Comité de 7 membros, com funções administrativas e executivas, designado em cada Congresso, e um Conselho Confederal, formado pelos delegados dos organismos aderentes, que executa as decisões do Congresso e resolve questões do momento. ²⁶ Os quadros dirigentes são, pois, elegíveis e passíveis de demissão caso a sua acção se afaste do que for considerado a defesa do interesse dos trabalhadores.

Os delegados à C. G. T. têm que ser sindicalizados e assalariados, sem cargos políticos ou da confiança do governo. ²⁷ Excluem-se todos os trabalhadores não assalariados, o que constitui uma das fraquezas da central sindical, tal como a extrema desconfiança e a recusa dos meios políticos e legais de luta. Estas características fundamentais da C. G. T. conduzi-la-ão a um beco sem saída, pois quando o meio de luta da população trabalhadora sindicalizada — a greve — não conduzir aos resultados esperados, não há qualquer outro recurso no plano da acção.

3.3. Membros.

No II Congresso Operário Nacional, segundo Alexandre Vieira, estariam representados 100 000 trabalhadores. ²⁸ Não é possível comprovar este número, mas pode afirmar-se, pelas listas publicadas no diário *A Batalha*, que estavam presentes no Congresso 214 delegados de 184 sindicatos. Alguns destes tinham dezenas de membros, outros milhares,

sendo por isso difícil a determinação de um total. Havia delegados que representavam mais de um sindicato, o que denuncia uma falta de corpos gerentes, devido ao reduzido activismo sindical dos trabalhadores. Os membros dos corpos gerentes, em 1919, são, na sua maioria, reeleitos para o ano de 1920. No jornal *A Batalha* procura-se esclarecer a importância das eleições dos corpos gerentes e animar a participação dos sindicalizados na vida sindical²⁹. Na verdade, se existiam muitos trabalhadores sindicalizados, tudo indica que havia muito poucos activistas sindicais.

Tenta-se criar um sentimento de solidariedade entre os operários, que os leve à união no sindicato e na confederação. Daí que a carta de cada confederado diga: «Trabalhador: tu deves estar sindicalizado; sindicalizado: deves estar federado; federado: deves estar confederado. Por isso, camarada, deves exigir que o teu sindicato esteja federado na União Local onde residas, assim como na respectiva Federação de Indústria nacional. Exige, igualmente, que a União e a Federação pertençam à Confederação Geral do Trabalho Português. Procedendo assim, trabalhador consciente, terás direito às vantagens da organização e só assim serás considerado como membro da grande família operária».³⁰

A sindicalização torna-se uma forma essencial de «pertencer» a um grupo, a uma unidade. Considera-se que «o espírito de sociabilidade do homem é inato» e, como tal, estimula-se o associativismo, a prática da solidariedade através de associações de socorros mútuos, a que o diário *A Batalha* dá relevo. Também as associações recreativas e pedagógicas são mencionadas como um estímulo para a educação e para a moralização dos costumes.

Os nomes, números, locais e características dos sindicatos existentes, apresentados a seguir, baseiam-se na leitura sistemática da rubrica «Vida sindical» do jornal *A Batalha*, em todos os seus números de 1919 e também do Boletim de Previdência Social do mesmo ano, muito atento às acções empreendidas pelo associativismo português.

3.3.1. *Implantação regional*

Segundo o *Boletim de Previdência Social*, no ano de 1919 foram registadas 216 associações de classe, das quais 51 não têm indicação do concelho ou distrito a que pertencem (23,6 %). Das restantes 165, a clara maioria localiza-se em Lisboa, com 42 associações de classe (25,5 %), seguida por Setúbal com 11 (6,7 %), Viana do Castelo com 8 (4,8 %), Braga com 6 (3,6 %) tal como o Porto e, finalmente, Évora

com 5 (3 %), isto no que respeita aos concelhos. Quanto aos distritos, salienta-se, mais uma vez, o de Lisboa com 56 associações de classe (33,9 %), seguido por Setúbal com 24 (14,6 %), Braga e Évora com 12 (7,3 %).

Verifica-se, desta forma, um crescimento do movimento associativo de carácter profissional, sobretudo nas zonas de Lisboa, Porto, Setúbal e Évora, com predominância para a capital. São zonas de concentração industrial e, sobretudo, de actividade comercial, excepto Évora, que se pode considerar o centro sindical da zona rural alentejana, a mais sindicalizada das zonas rurais.

Segundo o jornal *A Batalha*, no ano de 1919 aderem aos ideais anarco-sindicalistas, à C. G. T., 378 associações de classe, algumas de fundação anterior a 1919, outras criadas neste ano. Embora nos primeiros meses se noticie a adesão de muitos sindicatos, no fim do ano já não surgem nomes novos. O crescimento do movimento associativo parece cessar a partir de Agosto. A C. G. T. está formada no ano de 1919 e não parece ter crescido muito mais no futuro. Das 378 associações de classe, 112 (29,6 %) não indicam a sua localização. Das 266 restantes, é o concelho de Lisboa que se salienta com 95 associações (35,1 %), seguido do Porto com 27 (10,2 %); Coimbra, Évora e Setúbal com 9 (3,4 %). Quanto à distribuição distrital, Lisboa continua à frente, com 110 associações (41,3 %) depois o Porto com 32 (12 %), Setúbal com 26 (9,8 %), Faro com 19 (7,1 %), Évora com 17 (6,4 %). Apenas se referem, em relação às colónias, 2 associações de classe — 1 em Angola, 1 em Moçambique.

Verifica-se uma coincidência de zonas mais sindicalizadas entre as duas fontes: Lisboa, Porto, Évora e Setúbal, com Faro a aparecer no diário *A Batalha* também como um distrito significativo pelo seu associativismo profissional. Assim, o crescimento do movimento sindical está de acordo com o crescimento do anarco-sindicalismo e a formação da C. G. T..

Estes dados coincidem parcialmente com o mapa das associações de classe datado de 1917, apresentado no *Boletim de Previdência Social* de 1920, num inquérito realizado por Alfredo Pinto. Nesse mapa, os distritos de Lisboa, Porto e Faro surgem com o maior número de associações, mas acrescenta Braga e omite Setúbal. Segundo este inquérito, em 1917 a população sindicalizada atingia 96 328 trabalhadores, o que se aproxima dos 100 000 mencionados por Alexandre Vieira, se todos pertencessem à C. G. T., o que não acontecia, embora a maioria seguisse o anarco-sindicalismo.

3.3.2. *Actividade profissional*

No *Boletim de Previdência Social*, as associações de classe mencionadas pertencem sobretudo ao grupo da indústria, integrando-se neste todas as pequenas unidades de produção que, apesar da sua modesta dimensão e simplicidade, eram consideradas centros industriais. É o caso dos sirigueiros, manipuladores de pão, operários cerâmicos, fabricantes de armas, manipuladores de borracha, marceneiros, manufactores de calçado, operários têxteis, polidores de móveis, costureiras e ajuntadeiras, etc.. É também o caso dos que trabalham em grandes empresas, como a Companhia União Fabril e os Tabacos. São 50 associações em 216 que se incluem neste grupo da indústria (18,5 %), seguido pelos grupos dos rurais — 32 associações (11,8 %), construção civil — 27 (10 %), marítimos — 22 (8,2 %). Os grupos que revelam menos entusiasmo associativo são os do ensino — 1 (0,4 %) e funcionalismo público — 4 (1,5 %).

As associações do patronato são também mencionadas — 26 (9,6 %), ocupando o quarto lugar.

Segundo o diário *A Batalha*, a indústria continua à frente com 118 associações em 378 (31 %), seguida desta vez pela construção civil com 75 (19,7 %) e pelos metalúrgicos e rurais, ambos com 24 (6,3 %), tal como o funcionalismo público. Os artistas são os menos sindicalizados, com 3 (0,8 %).

Verifica-se que a C. G. T. mobiliza os grupos mais sindicalizados, como a indústria e a construção civil, os rurais e os metalúrgicos, mas também os menos sindicalizados, como os funcionários públicos. Estão mais sindicalizadas as profissões que oferecem piores condições de vida e de trabalho. É preciso notar que, embora existam muitas associações de classes rurais, estas incluem poucos membros, visto que se localizam sobretudo no Alentejo, onde a população se encontra dispersa por extensas áreas. O pequeno operariado e o campesinato são, das camadas trabalhadoras, as mais activistas. No caso do funcionalismo público são poucas as associações, mas aumentam em 1919 e daí em diante, incluindo cada vez mais membros, assumindo um sindicalismo muito aguerrido, nomeadamente no que diz respeito aos tipógrafos da Imprensa Nacional.³¹ A sua concentração em Lisboa traduz-se num menor número de associações de classe que todavia suscitam maior adesão. Os artistas, pelo seu reduzido número, não podem, evidentemente, ter grande peso sindical.

Estes elementos coincidem com os dados apresentados por Alfredo Pinto no seu inquérito. Exceptua-se o grande número de comerciantes sindicalizados, que não se traduz por grande quantidade de associações de classe — 16 (4,2 %), em comparação, por exemplo, com os rurais.

Alfredo Pinto menciona 14 311 sindicalizados no comércio e 10 039 na agricultura; o facto de algumas associações de classe terem muitos membros e outras um número reduzido explicaria as discrepâncias. Também é possível que Alfredo Pinto considerasse como tendo predominantemente actividades comerciais algumas das pequenas unidades de produção industrial existentes na época.

3.3.3. *Sexo e nível educacional*

No jornal *A Batalha* foram recolhidos 1946 nomes, de que a maioria é do sexo masculino, ocupando cargos de chefia no movimento sindicalista, nomeadamente nos corpos gerentes das associações de classe. As mulheres referidas no jornal pertencem, sobretudo, aos sindicatos de costureiras e ajuntadeiras, artistas, ensino e pessoal extraordinário da indústria dos tabacos. Distinguem-se no movimento sindicalista as mulheres que exercem profissões consideradas apanágio do sexo feminino, como a costura, o teatro e o ensino; mas as mais aguerridas são exactamente as que pertencem ao grupo das operárias que trabalham num dos maiores centros industriais do país na época.

Dos nomes referidos, o maior número está incluído no grupo da indústria - 548 (28,1 %), seguido pela construção civil - 372 (19,1 %), funcionalismo público - 173 (8,9 %) e gráficos - 168 (8,6 %). Os sindicalistas mais activos encontram-se, pois, nos grupos mais sindicalizados, como a indústria e a construção civil, mas também no funcionalismo público e entre os gráficos, uma das profissões mais ligadas aos ideais do anarco-sindicalismo e sua difusão.

Os grupos de menor actividade ou projecção são os do ensino - 18 (0,9 %), intelectuais - 22 (1,1 %) e serviços - 52 (2,7 %).

Apesar do seu reduzido número, os intelectuais (aqueles que lutaram pelos ideais anarco-sindicalistas, escrevendo, estudando e fazendo propaganda) têm uma grande influência na expansão do anarco-sindicalismo em Portugal. Por outro lado, muitos dos activistas sindicais são autodidactas, sem instrução além da primária, mas interessam-se pelas ideias que defendem e lêem e estudam, tornando-se grandes propagandistas do anarco-sindicalismo em Portugal.³²

Seguem-se breves notas sobre alguns dos homens que mais se destacaram na defesa dos ideais e da acção anarco-sindicalista:

ADOLFO LIMA, professor, advogado e publicista. N. Lisboa 28-5-1874, m. Lisboa 27-11-1943. Criou novo tipo de Escola — Escola-Oficina n.º 1. Foi chefe dos serviços escolares da Sociedade «A Voz do Operário». Ini-

ciou e dirigiu a *Enciclopédia Pedagógica Progredior*. Colaborou em revistas anarco-sindicalistas e também no jornal *A Batalha*, em especial com artigos sobre o sistema de ensino português e reformas necessárias para sua melhoria.³³

ALEXANDRE VIEIRA, artista gráfico, revisor e jornalista. N. Porto 1884. Representante sindical da Liga das Artes Gráficas. Funda o diário sindicalista *A Greve*, dirige *O Sindicalista*, *O Movimento Operário* e *A Batalha*. É eleito secretário-geral da C. G. T.. Pertenceu ao conselho administrativo da Universidade Popular Portuguesa.³⁴

AUGUSTO CÉSAR DE SOUSA, tipógrafo. N. Lisboa 1882, m. Abril de 1944. Fundador da *Revista das Artes Gráficas*. Poeta publicado no mensário *A Voz do Operário*. Sindicalista activo.³⁵

JOÃO CELESTINO TEIXEIRA SEVERINO, gráfico e jornalista. N. 1865, m. 1944. Dirigente da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa e da Federação Tipográfica Portuguesa. Escreve artigos em jornais e trava polémica com *O Mundo*. Ingressa na Imprensa Nacional.³⁶

JOÃO EVANGELISTA CAMPOS LIMA, advogado, jornalista, escritor, professor. N. Porto 16-9-1887. Conferências em associações operárias, comícios populares de protesto contra governos monárquicos. Redactor de *O Século*, *O Mundo*, *Pátria* e *Diário de Notícias*. Publicou contos e novelas, romances e peças de teatro. Muitos textos de combate e crítica: *A Questão Social* (1906), *O movimento operário em Portugal* (1910), *A Teoria Libertária ou o Anarquismo* (1926).³⁷

JOSÉ CARLOS DE SOUSA, contabilista professor e publicista. N. e m. Lisboa. Director da secção de instrução da Escola-Oficina n.º 1. Secretário-geral do Conselho Administrativo da Universidade Popular Portuguesa. Colaboração em revistas e jornais – *O Sindicalista* e *A Batalha*.³⁸

JOSÉ RICARDO DE SOUSA, tipógrafo. N. 1885 e m. 1930. Poeta humorístico. Escreve em jornais – *A Voz do Operário* e *O Gráfico*. *Activista sindical*.³⁹

MANUEL JOAQUIM DE SOUSA, manufactor de calçado. N. Porto 1884, m. Lisboa 1945. Participa activamente no movimento sindicalista-revolucionário. Secretário-geral da União dos Trabalhadores do Norte. Secretário-geral da C.G.T. em 1919. Redactor-principal de *A Batalha*. Participa em vários congressos internacionais.⁴⁰

MANUEL RIBEIRO, escritor. N. Albernoa 13-12-1878, m. Lisboa 27-11-1941. Colaboração no semanário *O Sindicalista*. Conferências. Fundação do diário *A Batalha*, secção «Na Linha de Fogo». Funda *A Bandeira Vermelha*. Romances de pendor religioso, católico: *O Deserto*, *A Ressurreição*, *A Catedral*, *A Planície Heróica*. Funcionário público, conservador da Torre do Tombo.⁴¹

NAZIANZENO DE VASCONCELOS, doutrinário socialista. N. Abrantes 1878, m. São Romão do Coronado 1920. Escreveu no diário *O Mundo*. Vive no Brasil. Contacta o anarquista italiano Malatesta. Participação no diário *A Batalha*. Publicou várias obras: *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, etc..⁴²

TEODORO CARLOS RIBEIRO, tipógrafo. N. 1868 e m. 1922. Militante da Associação dos Compositores Tipográficos de Lisboa. Trabalha na Imprensa Nacional. Sindicalista activo.⁴³

3.4. Acção doutrinária

A Confederação Geral do Trabalho procura reunir todos os trabalhadores portugueses no seu seio e lutar pela melhoria das suas condições de vida, com vista a uma futura revolução e ao nascimento de uma nova sociedade.

É principalmente através do jornal *A Batalha*, fundado em 23 de Fevereiro de 1919, que a C. G. T. transmite a sua ideologia, promovendo também conferências e a publicação das obras dos grandes teóricos do anarco-sindicalismo.

O jornal *A Batalha* surge inicialmente como órgão de informação da U. O. N., mas rapidamente lhe é imprimida uma orientação mais revolucionária. O Conselho Central da U. O. N. decide: «1.º — Autorizar a comissão redactora a imprimir a *A Batalha* uma orientação francamente revolucionária e emancipadora dentro da luta de classes sociais, que vise insofismavelmente à supressão do salariado e do patronato. 2.º — Convidar a referida comissão redactora a só consentir a publicação em *A Batalha* de artigos acerca de estudos de economia política burguesa ou ideias de feição democrática quando sobre os mesmos possa estabelecer a controvérsia ou produzir esclarecimentos, em anotações especiais, ou ainda os comentários devidos, nos quais se ressalve a orientação constante do n.º 1».⁴⁴

É assim um jornal claramente selectivo da informação, dando maior relevo às notícias que se considerem de interesse para o operariado, nomeadamente a vida sindical. As notícias de carácter geral são em menor quantidade e as rubricas têm títulos mais formativos do que informativos. Por exemplo, os acidentes de trabalho são intitulados «Aquilo que não acontece aos ricos» e os ladrões são designados por «Os que roubam fora da lei». Existem rubricas importantes pela sua carga emocional, como «Na Linha de Fogo» de Manuel Ribeiro e outras pelos objectivos que denunciam — a descentralização, com «A Batalha no Porto» e «A Batalha na Província», o associativismo, com «Cooperativismo e Mutualismo», o internacionalismo com «A Revolução na Europa».

A atitude generalizada é de crítica, contra o capitalismo, o *lock-out*, os patrões, a ordem burguesa, a guerra; a favor dos trabalhadores, da greve, da revolução social, da paz.

A luta é mais contra o sistema vigente do que a favor de um novo sistema, mais destrutiva do que construtiva.

No entanto, nas teses apresentadas em congresso e nas obras de intelectuais como Gregório Nazianzeno de Vasconcelos⁴⁵ procura-se apontar um ideal a atingir, uma nova sociedade a criar do nada, o fim do capitalismo.

O jornal *A Batalha* dedica-se principalmente à luta contra a carestia de vida, a falta de géneros, as práticas do açambarcamento, o mercado negro⁴⁶, a ganância dos senhorios⁴⁷, as perseguições à imprensa operária, a repressão burguesa⁴⁸, Afonso Costa — «inquisidor-mor do povo português» — e Alfredo Pimenta. O ataque é dirigido às figuras «burguesas», consideradas responsáveis pelos problemas económicos vividos em Portugal depois da I Guerra Mundial, que afectam essencialmente as classes trabalhadoras e cujas consequências são denunciadas com violência.

No seu característico apolitismo, *A Batalha* manifesta-se contra as eleições — «Vêm aí as eleições e já se sabe ao certo que elas se farão quase sem eleitores»⁴⁹ — e contra os partidos políticos — «A descrença nos partidos políticos é manifesta e justa, porque a acção destes nunca se fez senão no seu interesse próprio, em detrimento do interesse geral».⁵⁰

A Confederação Patronal, por seu lado, é um «Grupo de escroques que finge defender o patronato do papão bolchevista».⁵¹ Defende-se contra o patronato, o direito à greve — «As greves serão constantes porque são determinadas pelo regime de salariato» e «só a revolução social poderá terminar definitivamente com as greves».⁵²

Defendem a sindicalização facultativa contra a sindicalização obrigatória, projecto apresentado pelo deputado João Camoesas.⁵³

O internacionalismo é admirado na «Colorida viagem científica e fraternal» de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, pelo progresso e «União dos povos e aniquilamento do chauvinismo desumano e agressivo».⁵⁴

Luta-se contra a Sociedade das Nações, representante da sociedade capitalista; e a favor de uma Internacional do Trabalho, representante dos interesses dos trabalhadores.

Contra a ignorância, propugna-se a educação, o estudo, o livro. Na tentativa de morigeração dos costumes, atacam-se as touradas⁵⁵, o boxe — «Jogo brutal, jogado, em regra, por verdadeiros brutos...»⁵⁶ —, o alcoolismo — «Camaradas: a taberna, o álcool, o taberneiro, o destilador, são vossos inimigos».⁵⁷ Cria-se mesmo uma Associação Antialcoólica Operária. O animatógrafo é considerado fomentador de crimes e aqui se

pode notar uma certa resistência ao progresso e, provavelmente, à adesão da população a esta nova forma de entretenimento. Aliás, este modelo ideal de povo trabalhador talvez fosse de uma moralidade rígida, difícil de aceitar pela própria população. Estes temas são comuns aos maçonicos da época.

Finalmente, uma das grandes lutas é contra a colonização em geral e a portuguesa em particular. Um jornalista negro, Mário Domingues, publica uma série de artigos sobre as colónias portuguesas no jornal *A Batalha*, em 1922. Reivindica-se a liberdade dos povos africanos, sonha-se com uma África emancipada. Defende-se a ideia de uma Confederação no continente africano. A colonização portuguesa é considerada «um entrave à civilização» e «um tremendo prejuízo para a raça negra». Ataca-se a política do «imperador» Norton de Matos — «perseguição do negro e protecção do europeu». ⁵⁸ Denunciam-se prepotências e enriquecimento de funcionários brancos, demissão de funcionários indígenas competentes. Luta-se contra «a Igreja que vai à África corromper moralmente os povos pregando-lhes a submissão aos senhores» ⁵⁹, contra a prostituição e o alcoolismo na população negra, contra os maus tratos dados aos prisioneiros, contra o recrutamento do soldado indígena — «verdadeiras caçadas» para o submeter à «escravidão militar» ⁶⁰. Afirma-se, assim, também o anti-militarismo característico do anarco-sindicalismo.

Propõe-se uma forma de organização federativa e o internacionalismo — «Perante o imperialismo europeu não há pretos, portugueses, ingleses ou alemães, há homens que desejam ser livres!» ⁶¹

Acredita-se na bondade inata do negro e no trabalho como «o mais poderoso elemento civilizador», curiosamente na linha de pensamento de grandes colonizadores portugueses, como António Enes e Mouzinho de Albuquerque. Aqui, mais uma vez, se denota o idealismo dos anarco-sindicalistas.

As primeiras reivindicações a apresentar são «a abolição do álcool, dos castigos corporais, do imposto de palhota; a isenção do serviço militar; a liberdade absoluta de trabalho e de imprensa; uma ampla amnistia para todos os pretos por questões ráticas, políticas ou sociais; e equiparação de salários e vencimentos do preto com os do branco». ⁶²

Os ideais anarco-sindicalistas são igualmente aplicados a Portugal continental e às colónias, dando-se voz, significativamente, a um jornalista negro, que transmite uma das primeiras mensagens anti-colonialistas em Portugal.

Outro órgão de informação anarco-sindicalista é o *Avante!*, de reduzida duração — de 20 de Junho a 6 de Agosto de 1919 — e que culpa a perseguição governamental pelo seu fim ⁶³. O redactor principal era

Carlos José de Sousa e o editor Francisco A. Direitinho (no jornal *A Batalha* estes cargos eram desempenhados por Alexandre Vieira e Joaquim Cardoso).

As rubricas assemelham-se às de *A Batalha*: «Os que trabalham», sobre os trabalhadores («Os forçados» de *A Batalha* era mais violenta); sobre a ideologia anarco-sindicalista — «O Sindicalismo»; sobre a vida política — «No teatro de S. Bento» (*A Batalha* utilizava uma expressão semelhante: «No palco de S. Bento»). Finalmente, noticiam-se «Casos da rua» e tem uma secção literária em que participaram, entre outros, Manuel Ribeiro, Coriolano Leite e João Camoesas. Os temas de primeira página seguem os de *A Batalha*, sendo este último mais violento, mais aguerrido na transmissão das mesmas ideias (a Revolução Social na Rússia, a greve dos ferroviários⁶⁴, o Congresso de Coimbra, a greve geral internacional⁶⁵, as 8 horas⁶⁶, etc.).

Além das lutas empreendidas pelos jornais *A Batalha* e *Avante!*, as teses e declarações finais apresentadas em Congresso contribuem para a precisão doutrinal do anarco-sindicalismo. Assim, já no Congresso de Coimbra em 1919, a C. G. T. considera-se em luta permanente contra «as trevas, a tirania, a exploração do homem pelo homem... E o trabalho básico, essencial, primeiro, é sem dúvida, hoje mais do que nunca, o desenvolvimento, a multiplicação, o aperfeiçoamento dos núcleos organizadores da produção, dos herdeiros directos da burguesia açambarcadora, das células produtoras e administrativas da sociedade em reconstrução; os sindicatos operários, as uniões locais de sindicatos, as federações de indústria».

A classe operária tem uma missão: «tomar conta dos destinos da sociedade», apropriando-se dos meios de produção, e o sindicato é o único meio. Defende-se a acção directa na fábrica e na oficina: «a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos mesmos trabalhadores»⁶⁷, na procura de um sentimento de auto-confiança, segurança e autonomia.

O programa da C. G. T. é apresentado como sendo «anti-estatal e comunista». Para o realizar, é criada em 1920 a Liga Operária de Expropriação Económica, com o objectivo de proceder à «expropriação total e completa de todos os meios de produção». Os fins imediatos da Liga são a fiscalização do patronato e o estudo de desenvolvimento das indústrias.⁶⁸

Os problemas económicos e educativos são abordados no jornal *A Batalha* em artigos de Ezequiel de Campos, Sobral de Campos e António Sérgio.

O Núcleo das Juventudes Sindicalistas, no seu I Congresso Nacional em Janeiro de 1921, afirma o seu objectivo de afastar a mocidade de «vícios e recreios bestializadores», numa tentativa repetida de morige-

ração dos costumes do operariado português. Acreditam na «perfectibilidade humana» e na «regeneração social», procurando formar mais do que informar a juventude. Propõem a criação de aulas de ensino primário, a realização de conferências e visitas de estudo, a edição de folhetos e obras de propaganda revolucionária.⁶⁹

A instrução orientada dos trabalhadores portugueses é um dos grandes temas do anarco-sindicalismo.

Em 1920, a publicação de *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, de Gregório Nazianzeno de Vasconcelos, desenvolve o ideário anarco-sindicalista.

Em 1921, é criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, anarquista, a que Portugal adere.

Após a fundação, em Portugal, do Partido Comunista Português, trava-se uma polémica entre este e a C. G. T. sobre o papel dos sindicatos na sociedade. Em 1 de Outubro de 1922, no III Congresso Operário Nacional, na Covilhã, defrontam-se os apoiantes da Internacional Sindicalista Vermelha, comunista, e da A. I. T.. Grupos profissionais importantes dentro da C. G. T., como a Federação Marítima, os arsenalistas, os caixeiros, os funcionários públicos, defendem a adesão à I. S. V., chefiados por Perfeito de Carvalho. No entanto, a proposta de adesão à A. I. T., de Clemente Vieira dos Santos, é aprovada por 105 votos a favor, 6 contra e 5 abstenções. Afirmava-se nesta a «acção exclusiva e puramente anti-política e estatal». A I. S. V., por seu lado, defendia «a conquista dos poderes e a ditadura do proletariado», «sendo um instrumento do Estado Russo».⁷⁰

Uma das teses aprovadas neste Congresso, «Organização Social Sindicalista» da autoria da Comissão Organizadora, elaborada com a colaboração do pedagogo Dr. Adolfo Lima, é chamada a «Carta Orgânica do Sindicalismo Português», texto-base fundamental em que se enunciam, pela primeira vez e de forma sistemática e organizada, as grandes ideias do anarco-sindicalismo português.

O sindicalismo toma um carácter científico, «realização prática e experimental das leis científicas da sociologia». O sindicato é o «embrião da sociedade nova», sendo as profissões «manifestações naturais e espontâneas das aptidões e tendências individuais e sociáveis dos seres humanos». «A organização sindical, constituída por órgãos de resistência e de combate no regime capitalista, transforma naturalmente e utiliza esses mesmos órgãos em órgãos de gestão, de administração, de coordenação, de produção, circulação, repartição e consumo, no regime futuro da socialização integral e intensiva dos povos». A organização sindical é havida por essencial ao progresso da humanidade.

O sindicalismo deve ainda contribuir para «a queda do actual regime político-social». Defende a mecanização da indústria no sentido de facilitar as condições de trabalho do operário, não antevendo todos os problemas decorrentes das cadeias de produção, nomeadamente o desemprego. Deve-se utilizar «a boicotagem permanente e insistente». Através deste meios, atingir-se-á uma sociedade baseada no «regime pactual da livre federação»⁷¹

Trata-se de um discurso ideológico, essencialmente voluntarista e profundamente idealista, que as dificuldades enfrentadas pela C.G.T. em Portugal contradizem em absoluto.

A C. G. T. afirma, pois, os seus princípios num período crítico da sua história. Se em 1922 se dá o conflito, a cisão processa-se em 1923, com a criação dos Núcleos Sindicais Revolucionários, que consideram a organização sindical, não a gestão da sociedade mas apenas um seu auxiliar. O número de filiados na C. G. T. diminui e a Federação Marítima abandona-a. No entanto, o Partido Comunista Português e os N. S. R. não constituem uma alternativa à C. G. T., pelos seus próprios conflitos internos. A C. G. T. fica enfraquecida, sofre novas cisões e, quando se dá o movimento de 1926, já não tem capacidade de reacção e luta.

3.5. *Acção sindical*

Baseada nestas ideias-força, a C. G. T. procura mobilizar a população trabalhadora portuguesa na luta contra o patronato, pela revolução. É constante o recurso à greve, considerada um direito e o grande meio de pressão.

A greve, utilizada pela C. G. T. até à exaustão, perturba a vida do País mas torna-se uma rotina, sem atingir os seus objectivos. O número de greves é dificilmente verificável, tal como a percentagem de adesões; em *A Batalha* aparecem noticiadas, em rubrica própria, as greves do ano de 1919. Embora fonte parcial, permite concluir que as greves são, na sua maioria, restritas a pequenas unidades de produção ou se repetem nas mesmas empresas. Há assim alguns grupos profissionais que estão constantemente em greve contra uma maioria que não aparece referida, excepto em casos de greve geral, e não se sabe qual a adesão a estas manifestações de âmbito alargado.

As greves dão-se, sobretudo, na capital e em centros industriais — Porto, Setúbal, Barreiro, Sacavém. Os grupos profissionais que recorrem mais frequentemente a esse meio de pressão são os operários da Companhia União Fabril, os metalúrgicos, os ferroviários e os empregados da Companhia Carris de Ferro de Lisboa. É numa das maiores empre-

sas industriais do país que a greve pode ter mais poder, tal como as greves dos transportes perturbam e afectam a vida das populações. As greves são sempre consideradas êxitos pelos anarco-sindicalistas, mesmo quando a maioria das reivindicações não é satisfeita, afirmando-se nesse caso uma vitória sobre o patronato e o governo. Não poderiam reconhecer o malogro do seu meio de acção directa contra a sociedade capitalista: seria reconhecer o malogro das suas ideias e fins revolucionários, de que a greve é elemento fundamental.

3.6. Assistência aos filiados

Outra forma de intervenção da C. G. T. na sociedade portuguesa, especialmente junto das classes trabalhadoras, de modo mais pacífico do que a greve, é o estímulo a todas as formas de associativismo, dado que «o espírito de sociabilidade do homem é inato».

Deste modo, em *A Batalha* referem-se as actividades de associações de vários tipos e com variados fins: económicos, pedagógicos, assistenciais, culturais. Noticia-se sempre a criação de novas associações. Referem-se assim 24 associações de socorros mútuos, 16 das quais sem indicação de localização e as 8 restantes todas de Lisboa.

As cooperativas são 20, das quais 8 pertencem ao distrito de Lisboa (72,7 %) e 3 ao de Setúbal (27,3 %). Quanto a concelhos, localizam-se no de Almada – 2 (18,2%), Lisboa – 6 (54,5%) Loures – 1 (9,1%), Moita e Sintra. A preocupação com o ensino e os costumes leva à indicação de instituições de ensino (21), incluindo escolas primárias e universidades, como a Universidade Livre e a Universidade Popular, também ligadas à maçonaria; e de sociedades de recreio (59), que reúnem os operários em actividades saudáveis e «higiénicas», afastando-os de vícios como o alcoolismo.

Existiam, na verdade, muitas associações de socorros mútuos em 1919, como refere o *Boletim de Previdência Social* – 270, sendo 140 sem localização explícita. Das restantes 130, destaca-se o distrito do Porto com 50 (38,5 %), desde muito cedo ligado ao mutualismo; o de Lisboa com 36 (27,7 %). Quanto a concelhos, o de Lisboa tem 31 (23,9 %), o do Porto 30 (23,1 %), outros concelhos com um número muito menos significativo de associações de socorros mútuos são o de Vila Nova de Gaia – 7 (5,4 %) e os de Coimbra e Gondomar – 4 (3,1 %).

A assistência aos membros da C. G. T. revestia pois diferentes formas, desde a ajuda económica através das cooperativas até às distrações através das sociedades de recreio.

3.7. Financiamento

O financiamento da C. G. T. depende, em grande parte, do jornal *A Batalha* e vice-versa. *A Batalha* recebe 40 % da receita proveniente das quotas confederais: inicialmente, a admissão custava 2\$00; posteriormente, cada sindicato devia pagar por mês a quantia de 5 centavos. Sabe-se que o jornal atravessa dificuldades financeiras, chegando a propôr-se que cada operário cedesse um dia de salário para a publicação daquele. O «Inventário e Balanço de *A Batalha* em 31 de Março de 1927» refere que o jornal era deficitário, o suplemento semanal tinha lucro e a revista mensal saldo positivo. Tinha devedores e, por seu lado, devia aos seus colaboradores.⁷²

Quanto à tiragem, tanto se afirma, em momentos de crise, que não é «colossal», como se fala de 20 000 exemplares (José Pacheco Pereira e César de Oliveira). Seria o terceiro jornal do País, após o *Diário de Notícias* e *O Século*, mas não há provas destes números e sabe-se que, embora fosse vendido em Paris, nas províncias ultramarinas, nas ilhas adjacentes e no continente, através de várias associações, havia sobras.⁷³

Na verdade, os possíveis compradores do jornal não tinham nem grande instrução nem grande capacidade económica e muitos liam o jornal na sede da sua associação de classe.

Surgem, desde 1919, tentativas de ajudar *A Batalha* a sobreviver, através de subscrições e donativos, que têm algum êxito mas não parecem resolver o problema.

Uma das formas de combater o *deficit* é a de aumentar o preço do jornal para 10, 15 e depois 20 centavos, tendo começado por custar 2 centavos.⁷⁴

Outra fonte de proventos é a compra de acções pelas associações de classe, que se tornam accionistas da sociedade dirigente do jornal. São neste referidas como as «Associações que cumprem o seu dever». As que revelam maior capacidade de compra são: a do Pessoal dos Caminhos de Ferro Portugueses, a dos Fabricantes de Armas e Acessórios, e a dos Trabalhadores do Mar, de Setúbal.

Também a publicidade no jornal, cuja tabela de preços aumenta entre Fevereiro e Abril de 1919, constitui uma fonte de receita. A maior frequência de anúncios (amostragem do ano de 1919) verifica-se no sector do vestuário e calçado (17,9 %) (Chapelaria Lusitana), no dos medicamentos (12,5 %) (Ervanário), no dos bancos e seguros (10,7 %) (Companhia de Seguros A Nacional), com grande predominância de diversos (papelarias, louçarias; venda de madeiras, ferragens, etc.) (31,8 %).

4. CONCLUSÃO

A C.G.T. (1919-1927) teve uma influência importante na sociedade portuguesa durante os primeiros anos da sua existência.

Em termos políticos, não desenvolve qualquer acção positiva, dado o seu apolitismo militante. Ajudou a criar uma corrente de pensamento negativo contra a política e os políticos, contra o sistema legal instituído no país, contra o governo e o parlamento. Despreza a acção política e combate-a, pois a considera contrária aos interesses dos trabalhadores. Procura subverter o regime. Cria, pela sua luta, uma situação de instabilidade para que concorrem outros factores e que contribui para a multiplicação de governos durante a I República e após a I Guerra Mundial; mas não consegue, por outro lado, controlar o movimento operário, em revolta constante.

Em termos económicos, não é fácil determinar a influência das greves, quer sobre as empresas quer sobre a vida económica do país. Causaram certamente alguma perturbação, mas não podem ser consideradas como únicas responsáveis pela crise vivida na época. Quanto ao nível de vida dos operários, não melhorou sensivelmente, dadas as dificuldades gerais no país e no resto do mundo; conseguiram, no entanto, algumas vantagens nos horários e nas condições de trabalho, e aumentos dos salários.

Em termos sociais, pode dizer-se que a C. G. T. criou uma situação preocupante para a burguesia, a classe média e o patronato, com as suas tentativas revolucionárias constantes para subverter o regime, paralisando a vida económica, social, administrativa e política do país (greves dos trabalhadores da indústria, dos transportes, do funcionalismo público). Fomentou, mais do que solucionou, o fosso entre as classes sociais, pelo permanente apelo à luta de classes. De certa maneira, pelas greves e violências frequentes, a C. G. T. prejudicou-se, ao estabelecer um clima de insegurança que conduz, em parte, ao movimento de 1926. Nesta época e com o recurso à greve esgotado, quer na mobilização quer nos resultados, sem querer recorrer à acção política, dividida devido ao P.C.P., a C. G. T. está condenada e não reage contra um movimento completamente oposto ao anarco-sindicalismo.

Em termos culturais, a C. G. T. teve um papel importante, com a sua acção de propaganda e ensino que, apesar de eivada dos ideais anarco-sindicalistas, constitui um esforço notável para a elevação da classe operária, no que diz respeito à educação, instrução e costumes. O objectivo era preparar a população portuguesa para a revolução social que criaria uma sociedade nova.

Em termos ideológicos, a C. G. T. não conseguiu realizar os seus ideais de empreender uma revolução e criar uma nova sociedade. Conseguiu, porém, como central sindical única, reunir milhares de associados, movimentar dezenas de activistas e agitar a sociedade portuguesa. A C. G. T. fez ouvir a voz dos trabalhadores durante a I República, mas a sua ideologia levou-a a lutar contra o sistema e não dentro do sistema, o que acabou por conduzir à sua derrota. Não destruiu o velho mundo e não criou um mundo novo.

Maria José de La Fuente

NOTAS

- 1 J. Bouillon, F. Brunel, A. M. Sohn, F. Autrand, M. Bordet — *Le XIX^e siècle et ses racines*. Bordas, Paris, 1981, pp. 172-174.
- 2 João Campos Lima, *A revolução em Portugal*. Ed. Spartacus, Lisboa, 1925.
- 3 César Oliveira, *A criação da União Operária Nacional*. Porto, 1973.
- 4 J. Bouillon..., *op. cit.*
- 5 Fernando Piteira Santos, «Anarquismo» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão. Vol. I. Liv. Figueirinhas, Porto, 1981.
- 6 Alexandre Vieira, «Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal de 1908 a 1919» in *Almanaque de A Batalha para 1926*.
- 7 Id., *ibid.*
- 8 Id., *ibid.*
- 9 Id., *ibid.*
- 10 Id., *ibid.*
- 11 Id., *ibid.*
- 12 Id., *ibid.*
- 13 César Oliveira, *op. cit.*
- 14 Alexandre Vieira, *op. cit.*
- 15 César Oliveira, *op. cit.*
- 16 Id., *ibid.*
- 17 César Oliveira, «Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18» in *Análise Social*, vol. X, 2.^a série, n.º 40.
- 18 Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Seara Nova, Lisboa, 1974.
- 19 César Oliveira, *A criação da União Operária Nacional*.
- 20 Alexandre Vieira, «Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal de 1908 a 1919» in *Almanaque de A Batalha para 1926*.
- 21 José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal — a greve geral de Novembro de 1918*. Portucalense Edit., 1971.
- 22 Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal*.
- 23 Edgar Rodrigues, *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1977.

- ²⁴ Manuel Joaquim de Sousa, *O sindicalismo em Portugal*. Ed. Afrontamento, Porto, 1974.
- ²⁵ Edgar Rodrigues, *op. cit.*
- ²⁶ Manuel Joaquim de Sousa, *op. cit.*
- ²⁷ Id., *ibid.*
- ²⁸ Alexandre Vieira, *op. cit.*
- ²⁹ *A Batalha*, 26 de Fevereiro de 1919.
- ³⁰ Manuel Joaquim de Sousa, *op. cit.*
- ³¹ Beatriz Ruivo e Eugénio Leitão, *O sindicalismo do funcionalismo público*. Seara Nova, Lisboa, 1977.
- ³² Alexandre Vieira, *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa, 1959.
- ³³ Id., *ibid.*
- ³⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.
- ³⁵ Alexandre Vieira, *op. cit.*
- ³⁶ Id., *ibid.*
- ³⁷ Id., *ibid.*
- ³⁸ *Gr. Enc. Port. Bras.*
- ³⁹ Alexandre Vieira, *op. cit.*
- ⁴⁰ *Gr. Enc. Port. Bras.*
- ⁴¹ *Ibid.*
- ⁴² Alexandre Vieira, *op. cit.*
- ⁴³ *Gr. Enc. Port. Bras.*
- ⁴⁴ *A Batalha*, 8 de Julho de 1919.
- ⁴⁵ Gregório Nazianzeno de Vasconcelos, *Concepção Anarquista do Sindicalismo*. Lisboa, 1920.
- ⁴⁶ *A Batalha*, 22 de Abril e 16 de Dezembro de 1919.
- ⁴⁷ *Ibid.*, 17 de Novembro de 1919.
- ⁴⁸ *Ibid.*, 2 de Agosto de 1919.
- ⁴⁹ *Ibid.*, 18 de Janeiro de 1922.
- ⁵⁰ *Ibid.*, 27 de Fevereiro de 1919.
- ⁵¹ *Ibid.*, 17 de Junho de 1922.
- ⁵² *Ibid.*, 14 de Fevereiro de 1922.
- ⁵³ *Ibid.*, 31 de Agosto de 1919.
- ⁵⁴ *Ibid.*, 18 de Junho de 1922.
- ⁵⁵ *Ibid.*, 11 de Março de 1919.
- ⁵⁶ *Ibid.*, 14 de Janeiro de 1922.
- ⁵⁷ *Ibid.*, 15 de Janeiro de 1922.
- ⁵⁸ *Ibid.*, 16 de Fevereiro de 1922.
- ⁵⁹ *Ibid.*, 27 de Janeiro de 1922.
- ⁶⁰ *Ibid.*, 30 de Janeiro de 1922.
- ⁶¹ *Ibid.*, 13 de Julho de 1922.

- ⁶² *Ibid.*, 25 de Julho de 1922.
⁶³ *Avante!*, 6 de Agosto de 1919.
⁶⁴ *Ibid.*, 3 de Julho de 1919.
⁶⁵ *Ibid.*, 5 de Julho de 1919.
⁶⁶ *Ibid.*, 18 de Julho de 1919.
⁶⁷ Edgar Rodrigues, *op. cit.*
⁶⁸ Manuel Joaquim de Sousa, *op. cit.*
⁶⁹ Id., *ibid.*
⁷⁰ César Oliveira, *O movimento sindical português — a primeira cisão*. Public. Europa-América, s. d..
⁷¹ Alexandre Vieira, *Para a história do sindicalismo em Portugal*.
⁷² Jacinto Baptista, *Surgindo vem ao longe a nova aurora... Para a história do diário sindicalista A BATALHA/1919-1927*. Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.
⁷³ Id., *ibid.*
⁷⁴ Id., *ibid.*

BIBLIOGRAFIA

Fontes

A Batalha. 1919, 1922.
Avante! 1919.

Obras consultadas

- Boletim de Previdência Social*. Ministério do Trabalho, 1919, 1920.
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.
 BAPTISTA, Jacinto — *Surgindo vem ao longe a nova aurora... Para a história do diário sindicalista A BATALHA, 1919-1927*. Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.
 BOUILLON, J. (e F. Brunel, A. M. Sohn, F. Autrand, M. Bordet) — *Le XIX^e Siècle et ses racines*. Bordas, Paris, 1981.
 FONSECA, Carlos da — *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. 4 vols. Public. Europa-América, s. d..
 LIMA, João Campos — *O movimento operário em Portugal*. Ed. Guimarães & C., Lisboa, 1910.
 Id. — *A revolução em Portugal*. Ed. Spartacus, Lisboa, 1925.
 Id. — *A teoria libertária ou o anarquismo*. Ed. Spartacus, Lisboa, 1926.
 OLIVEIRA, César — *A criação da União Operária Nacional*. Porto, 1973.
 Id. — «Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-1918» in *Análise Social*, vol. X, 2.^a série, n.º 40.
 Id. — *O movimento sindical português — a primeira cisão*. Public. Europa-América, s. d..
 Id. — *O operariado e a república democrática*. Porto, 1972.
 PEREIRA, José Pacheco — *Elementos para o estudo da origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-1870)*. Paris, 1982.
 Id. — *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal — a greve geral de Novembro de 1918*. Portucalense Edit., 1971.

- RODRIGUES, Edgar — *Os anarquistas e os sindicatos — Portugal, 1911-1922*. Edit. Sementeira, Lisboa, 1981.
- Id. — *Breve história do pensamento e das lutas sociais em Portugal*. Ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1977.
- Id. — *O despertar operário em Portugal — 1834-1911*. Edit. Sementeira, Lisboa, 1980.
- RUIVO, Beatriz (e Eugénio Leitão) — *O sindicalismo do funcionalismo público*. Seara Nova, Lisboa, 1977.
- SANTOS, Fernando Piteira — «Anarquismo» in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Vol. I, Ljv. Figueirinhas, Porto, 1981.
- SOUSA, Manuel Joaquim de — *O Sindicalismo em Portugal*. Ed. Afrontamento, Porto, 1974.
- VASCONCELOS, Gregório Nazianzeno de (Neno Vasco) — *Concepção Anarquista do sindicalismo*. Lisboa, 1920.
- VIEIRA, Alexandre — *Figuras gradas do movimento social português*. Lisboa, 1959.
- Id. — *Para a história do sindicalismo em Portugal*. Seara Nova, Lisboa, 1974.
- Id. — «Subsídios para a história do movimento sindicalista em Portugal de 1908 a 1919» in *Almanaque de A Batalha para 1926*.

INSTITUTO CATÓLICO PORTUGUÊS (1934-1939)

Ílida Rodrigues da Silva

Mestre em História Cultural e Política
pela Universidade Nova de Lisboa